

SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO LGBTI+ NA PANDEMIA: considerações sob a

ótica da determinação social

Izabel Pereira da Silva¹

Jardson Silva²

Samya Katiane Martins Pinheiro³

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as expressões da determinação social do sofrimento psíquico da população LGBTI+ no Brasil, durante os anos mais emergentes da pandemia da COVID-19. Fundamentase no método do materialismo histórico-dialético, tendo como caminho metodológico a realização de uma ampla revisão de literatura e análise documental da pesquisa denominada "Diagnóstico LGBT+ na Pandemia", produzida pelo Coletivo Vote LGBT, nos anos de 2020 e 2021. Verifica-se que a pandemia intensificou o cenário de violações de direitos da população LGBTI+, potencializando processos de sofrimento psíquico e revelando o caráter social desses. Frente a isso, é necessário refletir sobre a importância da articulação das organizações coletivas e movimentos sociais com a finalidade de construir políticas de saúde mental que afirmem os direitos humanos da população LGBTI+.

PALAVRAS-CHAVE: Sofrimento Psíquico; população LGBTI+; pandemia.

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze the expressions of the social determination of the psychic suffering of the LGBTI+ population in Brazil, during the most emerging years of the COVID-19 pandemic. It is based on the method of historical-dialectical materialism, having as a methodological path the carrying out of a wide literature review and document analysis of the research called "LGBT+ Diagnosis in the Pandemia", produced by Coletivo Vote LGBT, in the years 2020 and 2021. It is clear that the Pandemic has intensified the scenario of violations of rights of the LGBTI+ population, enhancing processes of psychic suffering and revealing their social character. In view of this, it is necessary to reflect on the importance of articulating collective organizations and social movements with the purpose of building policies of mental health that affirm the human rights of the LGBTI+ population.

KEYWORDS: Psychic Suffering; LGBTI+ population; pandemic.

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Doutoranda em Serviço Social; samyakatiane@hotmail.com.













¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Mestrando em Serviço Social; jardson.silva@ufrn.br.

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Especialista em Atenção Psicossocial; izabel.pereira@ufrn.br.



1 INTRODUÇÃO

O contexto brasileiro tem sido permeado por diversas expressões do amadurecimento do capital, sobretudo com a ascensão do contexto pandêmico que, no Brasil, se deu em meio a uma conjuntura de avanço do conservadorismo e do ultraneoliberalismo. Esse cenário foi marcado por intensos ataques a classe trabalhadora, através da regressão de direitos socialmente conquistados, contrarreformas do Estado, aumento da violência e do sofrimento psíquico⁴, especialmente em se tratando das mulheres, de pessoas negras e da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e outras identidades de gênero (LGBTI+).

O advento da pandemia da COVID-19 impactou toda a população mundial, portanto quando nos referimos às pessoas LGBTI+, é potencializada uma série de implicações previamente enfrentadas por elas, pois é perceptível que a imposição do distanciamento social foi particularmente sentida e até vista como perigosa para este segmento populacional. Em razão do confinamento, muitos indivíduos enfrentaram maus-tratos e outras formas de violência, devido precisarem passar mais tempo em casa com familiares que negam suas identidades, por exemplo.

Dessa forma, nota-se que o contexto de violações de direitos perpassado na realidade das pessoas LGBTI+ traz consequências para a saúde mental desta população, fato que é demarcado pela alta demanda em razão da procura dos/as usuários/as por serviços de apoio psicológico, o que, em muitos casos, não são atendidos devido à defasagem do Sistema Único de Saúde (SUS) e da alta demanda de saúde mental na rede dos municípios (DANTAS; SOUZA; PINHEIRO, 2021).

Ademais, revela também que a produção de sofrimento psíquico desta população possui uma determinação social que está além de necessidades de saúde

⁴ Falar de saúde mental utilizando "sofrimento psíquico" significa recusar a qualquer tipo de classificação dos sujeitos sociais em padrões de diagnósticos, considerando que o sujeito que sofre não necessariamente possui "doença mental", "transtorno mental" afirmando um novo lugar para as pessoas em situação de sofrimento psíquico. É uma escolha política que vai ao encontro da luta antimanicomial.









APOIO







biomédicas, psicológicas e medicalizantes, exigindo, desta maneira, respostas que levem em consideração o contexto macrossocial da formação capitalista brasileira.

Assim, visando a discussão acerca desta temática, objetiva-se com este trabalho analisar as expressões da determinação social do sofrimento psíquico da população LGBTI+ no Brasil, durante os anos mais emergentes da pandemia da COVID-19. Para alcançar este propósito, o caminho metodológico percorrido envolve a revisão de literatura, a partir da aproximação com autoras e autores do campo do marxismo, sobretudo na área da saúde mental e da diversidade sexual e humana, como também, a análise documental da pesquisa denominada "Diagnóstico LGBT+ na Pandemia", produzida pelo Coletivo Vote LGBT, nos anos de 2020 e 2021. Desse modo, destacamos que o direcionamento teórico deste estudo é o método do materialismo histórico-dialético.

O trabalho está dividido em duas seções: o primeiro tópico foi destinado para o debate sobre a determinação social do sofrimento psíquico, afirmando o seu caráter social e as implicações da pandemia neste contexto; na segunda seção, sob a luz da discussão que versa sobre a dimensão social do sofrimento psíquico, discutiu-se o relatório da pesquisa "Diagnóstico LGBT+ na Pandemia", realizada pelo Coletivo Vote LGBT, refletindo sobre o cenário da pandemia para a saúde mental e afirmando que os processos de sofrimento psíquico são moldados por questões estruturais da organização da sociedade heterocispatriarcal-capitalista-racista.

2 DETERMINAÇÃO SOCIAL DO SOFRIMENTO PSÍQUICO: O CARÁTER SOCIAL DOS PROCESSOS DE ADOECIMENTO MENTAL

Pensar os processos de sofrimento psíquico no contexto capitalista e neoliberal significa considerar que esses são frutos da organização e desenvolvimento da sociedade, possuindo uma determinação social. Em outras palavras, aqueles devem ser situados nos marcos da sociedade capitalista fundada nas contradições existentes













entre capital/trabalho, entendendo que isso irá trazer implicações para a coletividade e as singularidades.

A compreensão disso é a base para a discussão que versa sobre a determinação social dos processos de sofrimento da população. Conforme Rocha e David (2020), no Brasil, a trajetória da perspectiva da determinação social, à luz do marxismo, revela a crítica ao modelo biomédico e as práticas de saúde centradas na doença e aponta para as novas formas de olhar e produzir a saúde, partindo do reconhecimento de que na sociedade do capital, as relações sociais de produção e reprodução da vida são permeadas por contradições e conflitos entre projetos societários em disputa que revelam diferentes formas de viver e adoecer.

Ainda de acordo com Rocha e David (2020), compreender os processos de sofrimento, significa considerar que estes possuem caráter histórico e social, sendo um processo social, individual, coletivo e objetivo. Porém, há uma tendência de tratar o sofrimento psicossocial como uma questão individual e privada, por meio de práticas psicologizantes ou centradas no saber médico, psiquiatrizando e medicalizando questões estruturais e sociais.

Neste sentido, segundo Barata (2009), considerar a determinação social dos processos de sofrimento significa destacar que a classe social, o gênero, a raça/etnia, a orientação sexual são marcadores indispensáveis para refletir sobre a saúde mental da população, assim como, o acesso à alimentação, moradia, trabalho, renda, serviços de saúde, assistência e previdência social, rede de apoio familiar, a cidade, entre outras determinações.

Esta concepção de determinação social dos processos de adoecimentos vai de encontro à discussão de Determinantes Sociais em Saúde (DSS) ainda utilizada em muitos estudos, sobretudo, no âmbito da assistência à saúde mental. No entanto, Moreira (2013) afirma que a discussão dos DSS possui um caráter mais restrito, não se preocupando em desvelar a essência e as dinâmicas dos processos saúde-doença da população.











Considerando isso, destaca-se que a saúde mental deve ser compreendida como processo histórico, social, político, econômico, movido pelas lutas de classes que determinam os processos de adoecimentos da população. É na realidade empírica que o caráter histórico-social da relação saúde-doença pode ser demonstrado.

Neste sentido, fazer análises sobre a saúde mental no contexto da pandemia significa considerar que, em tal cenário, as expressões da questão social se intensificam na mesma proporção que o adoecimento mental, tendo em vista que esse é expressão dessa (COSTA, 2021). Em contrapartida, as lacunas no que tange a assistência à saúde mental também se tornam mais evidentes, em decorrência do desmantelamento das políticas sociais e do avanço de governos conservadores, ultraneoliberais e de extrema direita na política de saúde mental, implicando em retrocessos na luta histórica do movimento antimanicomial.

Cavalcante (2020) afirma que a pandemia da COVID-19 foi uma grave crise sanitária resultado e expressão da crise estrutural do capital, seus rebatimentos para a saúde mental da população pressupõe afirmar um novo lugar para pessoa em sofrimento psíquico na perspectiva de garantia de direitos humanos fundamentais, considerando que existem pessoas em situações de vulnerabilidade e desigualdades históricas as quais foram afetadas com maior intensidade, dentre essas, a população LGBTI+, conforme veremos no item a seguir.

3 "DIAGNÓSTICO LGBT+ NA PANDEMIA": CONTRAPONTOS DA REALIDADE BRASILEIRA

A ascensão da pandemia da COVID-19 foi um momento sem precedentes no contexto mundial. O número de mortes em maio de 2023 ultrapassa 6 milhões em todo o mundo, sendo o Brasil o quinto país com maior número de óbitos no ranking











internacional, contabilizando mais de 700 mil óbitos em decorrência do vírus⁵. No entanto, as repercussões desse cenário vão muito além dos números. Nos diversos meios de comunicação, nos círculos de relacionamento, no cotidiano da vida social, pôde-se sentir as consequências desse "novo normal", sejam elas econômicas, físicas, sociais ou emocionais.

A desigualdade social, o desemprego, a superexploração e precarização do trabalho, se ampliam enormemente nesse cenário, juntamente com o empobrecimento e a miserabilidade na totalidade da classe trabalhadora, embora se tenha a compreensão de que esses não são efeitos produzidos pela pandemia, por fazerem parte da realidade capitalista desde seus primórdios (ANTUNES, 2020). A conjuntura de capital pandêmico, conforme assinala o autor, coloca desafios ainda mais intensos para a sobrevivência concreta da classe que vive do trabalho.

Sobretudo no Brasil, essa conjuntura foi intensificada com o avanço do Estado neoliberal e conservador demarcado pela gestão do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, à época do Partido Social Liberal (PSL). A desresponsabilização pelo tratamento do vírus, a descrença com a dimensão que a pandemia tomaria (publicamente a denominou de "gripezinha"⁶) e a negação constante da ciência, são alguns exemplos de suas desonestas atitudes. O negacionismo da ciência é um dos elementos mais drásticos dessa conjuntura, o qual tem o ex-presidente como um dos principais propagadores.

Apesar dos inúmeros dados que expressam a desvalorização da vida da população na pandemia, adensando-se a esta realidade alguns segmentos acabaram se tornando mais expostos, como os trabalhadores e as trabalhadoras negros (as), as mulheres e as pessoas LGBTI+, em razão da sua inserção já desigual na sociabilidade do capital. Desse modo, observa-se que o isolamento social elevou também os números da violência: assim como para as mulheres, o maior tempo

⁶ Em meio à pandemia de coronavírus, Bolsonaro diz que 'gripezinha' não vai derrubá-lo. Disponível em:https://g1.globo.com/politica/blog/gerson-camarotti/post/2020/03/20/em-meio-a-pandemia-de-coronavirus-bolsonaro-diz-que-gripezinha-nao-vai-derruba-lo.ghtml. Acesso em: mai. 2023.













⁵ Coronavírus última situação. Disponível em: https://www.trt.net.tr/portuguese/covid19. Acesso em: mai. 2023.



dentro dos lares representa maiores violações para LGBTI+, em função de a família ser um dos seus principais agentes violadores.

Nos anos mais emergentes da pandemia, o Brasil continuou sendo considerado campeão mundial em mortes de LGBTI+. De acordo com os dados dos Relatórios de Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil, produzido pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), nos anos de 2020 e 2021, respectivamente, 237 e 300 pessoas LGBTI+ foram vítimas de morte violenta. O GGB (2021) alerta, ainda, para os efeitos provocados pela pandemia do coronavírus que intensificaram o isolamento de muitos LGBTI+, tendo em vista que a dada população já era impactada pela falta de sociabilidades, referências e espaços.

Vale destacar que esse levantamento não é um número absoluto e fidedigno dos crimes de ódio que acontecem no país. Isto ocorre devido o Estado brasileiro não dispor de canais específicos para contabilizar os casos de morte dessa população, sendo muitos desses acontecimentos invisibilizados ou descaracterizados. Além disso, fora os crimes em que há violações físicas, existem outras formas da LGBTIfobia se expressar, como através das violências institucionais.

Portanto, não podemos afirmar que todas as pessoas vivenciaram a pandemia da mesma forma. Historicamente, a população LGBTI+ é alvo e uma das mais atacadas pelo complexo brutal do capital. Entretanto, com o advento no Brasil da crise da COVID-19 em 2020 e seu prolongamento para os anos seguintes, pôde-se acompanhar que o vírus teve efeitos na saúde que vão além da sua infecção e propagação. A pesquisa "Diagnóstico LGBT+ na Pandemia", realizada no ano de 2020 pelo Coletivo Vote LGBT, elenca como os maiores impactos da pandemia sob essa população: 1) A piora na saúde mental; 2) O afastamento das redes de apoio; e, 3) A falta da fonte de renda. Desse modo, tem-se a percepção de que fatores estruturais profundos dificultam a existência de uma pessoa LGBTI+ na sociedade contemporânea.

⁷ A pesquisa foi realizada entre os dias 28 de abril e 15 de maio de 2020 e contou com 10.065 participantes nas cinco regiões do Brasil. O estudo foi conduzido de maneira virtual, em função do isolamento social imposto pela pandemia.













REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

Neste contexto, os resultados da pesquisa expressam que cotidianamente as pessoas LGBTI+ estão expostas a processos sociais que determinam situações de alerta constante por sofrerem violências diversas. A percepção de que se está na iminência de sofrer uma agressão ou revivendo a memória de uma violência gera um constante estado de alerta, e consequente sofrimento psíguico. Ademais, com o agravamento da pandemia e continuidade do isolamento social, parcela dessa população vivenciou perdas: de renda e decorrentes vulnerabilidades materiais, perda e adoecimento de pessoas próximas, ausência de convívio social, solidão, falta de espaço físico e de perspectivas.

Todos esses fatores se traduzem no agravamento da saúde mental dessa comunidade uma vez que a saúde mental possui determinação social, conforme discutido anteriormente. É limitado falar sobre produção e promoção de saúde mental, bem como, de assistência a essa sem considerar o acesso à alimentação, ao lazer, à renda, à moradia, a uma cidade segura, ao direito de viver em liberdade.

Em termos numéricos, 54% das pessoas participantes da pesquisa afirmam que precisavam de apoio psicológico na pandemia. Esse número aparece com mais intensidade para alguns perfis específicos, como é o caso de pessoas com identidades femininas e não-binárias (46%) quando comparadas com identidades masculinas (34%), bem como lésbicas, bissexuais e pansexuais também apontaram maior percentual (45%) do que homens gays (34%).

Desse modo, também tem-se a percepção que dentro da diversidade de realidades dessas pessoas, estes aspectos são ainda mais intensificados quando consideramos não apenas as questões ligadas às sexualidades, mas também às suas determinações de classe, raça e sexo, diante da perspectiva da consubstancialidade⁸. Ou seja, não apenas a realidade de um homem gay é diferente de uma mulher lésbica e mais ainda de um homem trans, por exemplo, mas essas diferenças tornam-se











⁸ Alguns autores/as trabalham com o conceito de interseccionalidade das relações sociais, como Crenshaw (2002), ao diferenciar os eixos de subordinação (gênero, raça e classe) e permitir analisá-los de maneira isolada. Entretanto, concordamos com Santos e Cisne (2018) ao citarem Kergoat (2012), esclarecendo que as relações sociais são consubstanciadas, ao defenderem um método de análise com o qual as relações de sexo, raça e classe são apreendidas como indissociáveis.



ainda mais díspares quando se relacionam às questões de raça, classe e sexo. Questões que, somadas à LGBTlfobia, aumentam a insegurança social vivenciada por estas pessoas.

Desse modo, percebe-se que além das pessoas LGBTI+ vivenciarem todo o contexto estrutural e os agravamentos da pandemia, alguns fatores colaboraram para a piora da saúde mental: as relações mais próximas ficaram distantes com o isolamento, o contexto domiciliar muitas vezes é marcado por violências e violações e o apoio profissional encontra-se mais escasso.

Assim, observa-se que tanto o convívio social quanto o familiar são frequentemente fatores prejudiciais à saúde para pessoas LGBTI+, tendo em vista a LGBTIfobia. Diversas formas de preconceito, violência ou violação de direitos transformam os ambientes mais comuns da existência humana em cenários de insegurança e hostilidade. Quando as novas regras de convívio impedem o acesso às redes de apoio e o convívio familiar não acolhe a condição de orientação sexual ou identidade de gênero, a solidão também se apresenta.

Neste sentido, pessoas que já eram vulnerabilizadas ou se sentiam sozinhas apresentaram ainda mais necessidade de acolhimento. Observa-se que muitos grupos de apoio presenciais se dissolveram ou perderam força por conta da necessidade de isolamento social imposto pela pandemia, colocando como necessário os meios digitais para mediação das relações, o que, nem sempre era possível devido às condições materiais de vida da população. Não por acaso, a busca por psicoterapia está entre as principais demandas apresentadas pelo público usuário do Centro LGBT de uma capital do Nordeste, conforme destacam Dantas, Souza e Pinheiro (2021).

No que se refere ao afastamento das redes de apoio, as novas regras de convívio social (16,58%), a solidão (11,74%) e o convívio familiar (10,91%) estão entre as principais repercussões da pandemia para a população LGBTI+. Ao contrário da piora na saúde mental, que se apresenta como uma necessidade entre os mais jovens (uma em cada duas pessoas LGBTI+ de 15 a 24 anos indicaram a saúde













mental como o maior problema do isolamento), as questões que envolvem o isolamento social se acentuam entre as pessoas com maior idade. Quando se trata das novas regras de convívio social e, especialmente a solidão, este público mostrase muito mais vulnerável (VOTE LGBT, 2020).

As dificuldades econômicas decorrentes da quarentena também foram amplamente destacadas na pesquisa. Essa é considerada uma pauta de luta do movimento LGBTI+ há um tempo, os quais destacam na pesquisa que a exclusão que marca suas vidas alcança invariavelmente o ambiente profissional. Os dados mostram que o impacto da crise financeira é muito maior entre quem já tinha o mercado de trabalho negado.

Dessa forma, há uma associação entre a preocupação sobre como pagar as contas e o aumento da ansiedade e depressão. A pesquisa revela que três em cada dez das pessoas desempregadas já estavam sem trabalhar há um ano ou mais; uma em cada cinco pessoas LGBTI+ não possuía nenhuma fonte de renda individual na época da pesquisa; uma em cada quatro perderam emprego em razão da COVID-19; quase metade (44,3%) dos e das participantes tiveram suas atividades totalmente paralisadas durante o isolamento; e quatro em cada dez (40%) não conseguiriam sobreviver sem renda por mais de um mês, caso perdessem sua fonte de renda na pandemia.

Esses números comprovam quantitativamente como as dificuldades enfrentadas por pessoas LGBTI+ são intensificadas com o advento do cenário pandêmico, pois grande parte dessa população já não tinha acesso ao trabalho formal. Para estas pessoas, a perda de renda foi imediata e impacta diretamente na sua capacidade de sobrevivência e bem-estar, assim como atinge diretamente sua saúde emocional e muitas vezes na precária convivência familiar e social, que, por sua vez, volta a demandar questões emocionais.

Todo esse cenário de fragilidade emocional, social e financeira é histórico para pessoas LGBTI+. Parte dessa discussão tinha penetrado a esfera pública através da maior presença de representantes dessa população na arte, na cultura e até na













REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

política. Mas quando se trata do enfrentamento às desigualdades encontradas, essa realidade pouco mudou, tendo em vista também as consequências das contrarreformas das políticas sociais nos últimos tempos.

A busca por políticas públicas é um dos campos de luta do movimento LGBTI+ desde seus primórdios, tendo germinado de frentes políticas populares, com importantes articulações em diversos campos sociais, como a saúde. No entanto, na pandemia, quando a situação de exposição dessa população se acentua ainda mais, colocando-os em situações de risco iminentes, a busca de auxílios e soluções nas esferas governamentais foram quase que inexistentes. Segundo a pesquisa, a ausência de soluções e de perspectivas reforça o sentimento de desamparo, solidão e decepção sobre as políticas do governo federal em relação às pessoas LGBTI+.

Nesse contexto, a ineficiência do programa de vacinação, a maior exposição ao risco, bem como a sensação de que a COVID-19 está mais próxima do cotidiano e dos relacionamentos, fez com que as pessoas sentissem a falta de ação do Estado. Destaca-se que uma das figuras centrais de maior incentivo ao negacionismo da pandemia e, consequentemente, da ciência, foi o ex-presidente Bolsonaro, que além de nominar o vírus como "apenas uma gripezinha", em algumas entrevistas à imprensa, descredibilizou a necessidade do uso de máscara como uma das formas de prevenção à infecção do vírus⁹.

A postura de Bolsonaro em relação à pandemia expressa seus fundamentos neoconservadores e neoliberais, "uma vez que a vida da classe trabalhadora, que é fortemente marcada por raça, gênero e sexualidade, importa menos, configurando-se como meras engrenagens descartáveis do Estado capitalista" (IRINEU *et al*, 2021). Desse modo, o aprofundamento da crise do capital e o desmonte das políticas sociais agudizadas pelo contexto neoliberal, associam-se à expansão ideológica do conservadorismo, à intensificação e propagação do irracionalismo, assim como pela

⁹ Em coletiva, Bolsonaro e ministros usam máscaras de forma errada. Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/03/18/em-coletiva-bolsonaro-e-ministros-usam-mascaras-de-forma-errada.ghtml. Acesso em: mai. 2023.















divulgação das consideradas *fake news*, na perseguição dos movimentos sociais e na crescente militarização da sociedade.

Neste contexto, o campo da saúde mental não se encontra imune a esta conjuntura de retrocessos e de reação conservadora. Embora se compreenda que as políticas públicas de saúde mental tomaram novos rumos a partir do movimento Reforma Psiquiátrica, o cenário atual tem sido intensamente marcado por regressões dessas políticas e ataques à luta antimanicomial, como, por exemplo, com o fortalecimento das comunidades terapêuticas, que reforça uma posição política conservadora e reacionária, defendendo a questão da saúde mental e das "drogas" como caso de polícia, de moral e de fé (PASSOS et al., 2020).

A Lei 13.840/2019, sancionada nos primeiros meses do governo Bolsonaro é um exemplo desta realidade de retrocessos. Ao dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), as condições de atenção aos usuários ou dependentes de substâncias psicoativas e sobre o financiamento das políticas sobre drogas, traz à tona o viés proibicionista e ultraconservador no escopo da Lei, legitimando a internação e a abstinência como forma de tratamento à dependência química, eliminando a Política de Redução de Danos como uma alternativa viável e legitimando as comunidades terapêuticas, numa perspectiva que e retoma a lógica manicomial que estigmatiza os (as) usuários (as) de substâncias psicoativas.

Diante dos aspectos mencionados, o desmonte das políticas públicas, neste caso as de saúde mental, agravou-se severamente no cenário da pandemia, que no Brasil se desdobrou no contexto de avanço do ultraneoliberalismo e do conservadorismo. Contexto em que também vivenciamos o aumento da violência e da pauperização da população. "Os mais pobres, moradores das favelas e em situação de rua são os mais atingidos, sendo estes os que acabam sendo mortos ou internados nas comunidades terapêuticas" (PASSOS *et al.*, 2020).

É neste sentido que Antunes (2020, s/p) destaca que "[...] a pandemia é o enfeixamento de um sistema que é letal em relação ao trabalho, à natureza, à 'liberdade substantiva' de todos os gêneros, raças, etnias, à plena liberdade sexual",













dentre tantas outras dimensões que implicam limitações à emancipação humana e social.

4 CONCLUSÃO

As lacunas e dificuldades no acesso ao trabalho, ao emprego, à renda, aos serviços de assistência social, saúde e lazer são fatores que potencializam os processos de sofrimento psíquico, fato que se intensificou com o advento da pandemia da COVID-19. Dessa forma, infere-se que as políticas públicas de saúde mental devem considerar a determinação social do adoecimento, sobretudo, quando se trata de grupos que historicamente são alvo das imperiosas consequências da sociabilidade do capital.

O contexto pandêmico exacerbou uma série de limitações às expressões da diversidade humana, como à diversidade sexual, a qual vivenciou e vivencia diversas formas de violações de direitos que repercutem nos processos de sofrimento psicossocial. Esses fatores revelam a necessidade de pensar a saúde mental da população LGBTI+ considerando o contexto social no qual suas existências são historicamente violadas, sendo a pandemia um marco importante que evidenciou a falta de sociabilidades, referências e espaços dessas pessoas.

Assim, para pensarmos proposições acerca desta realidade, é indispensável refletir sobre a importância da articulação das organizações coletivas e movimentos sociais com vistas ao fortalecimento das políticas públicas de enfrentamento à LGBTIfobia e de saúde mental no Brasil, numa perspectiva de valorização dos direitos humanos. No entanto, há a necessidade de considerar que essas questões tratam-se de dimensões estruturais do capitalismo que se aprofundaram no contexto da pandemia, e somente podem ser superadas com o fim das relações sociais de exploração/opressão, sendo necessário que as lutas sociais contra as opressões estejam articuladas a luta anticapitalista.











REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus:** o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARATA, Rita Barradas. **Como e porque as desigualdades sociais fazem mal à saúde.** Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13840.htm Acesso em: 10 jun 2023.

COSTA, Pedro Henrique Antunes. **Um Marx antimanicomial?** Esquerda online, 2021. Disponível em: https://esquerdaonline.com.br/2021/07/15/um-marx-antimanicomial/. Acesso em: 01 jun. 2023.

COSTA, Pedro Henrique Antunes. **Marx, a lógica asilar-manicomial e a opressão das mulheres**. Esquerda online, 2021. Disponível em: https://esquerdaonline.com.br/2021/08/10/marx-a-logica-asilar-manicomial-e-a-opressao-as-mulheres/. Acesso em: 01 jun. 2023.

DANTAS, Michael Hudson; SOUZA, Luana Vanessa Soares Pinto de; PINHEIRO, Samya Katiane Martins. Atuação do Serviço Social com População LGBT em Contexto Ultraconservador e Pandêmico. **Revista Temporalis**, Brasília, ed. 41, p. 155-172, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34770. Acesso em: 16 mai. 2023.

GRUPO GAY DA BAHIA - GGB. **Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil: Relatório 2021**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2022. Disponível em: https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/03/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf. Acesso em: 20 mai. 2023.

GRUPO GAY DA BAHIA – GB. **Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil: Relatório 2020**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2021. Disponível em: https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2021/05/observatorio-de-mortes-violentas-de-lgbti-no-brasil-relatorio-2020.-acontece-lgbti-e-ggb.pdf. Acesso em: 20 mai. 2023.

IRINEU, Bruna Andrade, et al. Um balanço crítico acerca da regressão dos direitos LGBTI no Brasil sob ascensão do Bolsonarismo. In book: **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero**: temas emergentes. Editora: Devires, p. 98-115, 2021.











MOREIRA, Márcia Chaves. **Determinação Social da Saúde**: fundamentos teórico-conceituais da Reforma Sanitária Brasileira. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. PUC: Porto Alegre, 2013.

SOUZA, Diego Oliveira. (Org.). **Trabalho, saúde e sociedade**: a determinação social da saúde em perspectiva. Maceió: EDUFAL, 2015.

_____. O caráter ontológico da determinação social da saúde. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 137, p. 174-191, 2020.

PASSOS, Rachel Gouveia, et al. Comunidades terapêuticas e a (re)manicomialização na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 12, n. 2, 2020.

VOTE LGBT. **Diagnóstico LGBT+ na Pandemia**: Desafios da comunidade LGBT+ no contexto de isolamento social em enfrentamento à pandemia de Coronavírus. São Paulo, 2020. Disponível em:

https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/5ef78351fb8ae 15cc0e0b5a3/1593279420604/%5Bvote+lgbt+%2B+box1824%5D+diagno%CC%8 1stico+LGBT%2B+na+pandemia completo.pdf. Acesso em: 20 mai. 2023.











